

A publicação científica em tempos de pandemia e caos: o desafio de “manter-se vivo... respirando”

Ana Cláudia Lima Monteiro  ★

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil

Para a apresentação deste Editorial algumas questões se fazem presentes e urgentes. Em primeiro lugar, destaco a luta de nossa equipe para agilizar a publicação dos artigos, tendo em vista os esforços para manter as publicações atualizadas devido à dificuldade em conciliar as demandas dos autores e o processo editorial, que inclui muitas etapas de avaliação. Dentre tais etapas, a que mais nos ocupa é o aceite dos pareceristas ad hoc para avaliar os artigos indicados. A cada mês temos grande entrada de artigos e, com isso, uma necessidade imensa de avaliadores. Em editoriais anteriores já levantamos essa questão diversas vezes e agradecemos aos parceiros que se disponibilizam a realizar tal tarefa, parte de nosso trabalho invisibilizado e não remunerado. Porém, o que também nos chama a atenção é a necessidade de ter nossos artigos publicados em revistas de qualidade. Neste sentido, a *Fractal: Revista de Psicologia* agradece aos autores por confiar-lhe a submissão de seus artigos. A seriedade e a credibilidade do processo de avaliação fazem com que sejamos respeitados em nossa área, tanto nacional como internacionalmente. A *Fractal* é bem avaliada, e pagamos o preço por isso: temos uma quantidade de artigos muito grande em nossa plataforma. Por outro lado, nos esforçamos para continuar nossa indexação em plataformas de divulgação científica, o que também nos exige cumprir muitas regras de publicação. Manter tais regras e uma plataforma em funcionamento requer igualmente muito trabalho – não remunerado. Portanto, são muitas frentes para manter uma revista científica atuando e publicando continuamente.

Em segundo lugar e a partir da exposição acima, vale salientar que, além de todas as questões postas, estamos lançando mais um número da Revista num momento completamente atípico: em meio a uma pandemia que atinge diversos países e que, somente no Brasil, enquanto está sendo escrito este Editorial (2/6/2020), acometeu 526.447 pessoas e matou 29.937. Segundo o estudo “Evolução da Prevalência de Infecção por Covid-19 no Brasil: estudo de base populacional” (Epicovid19-BR), realizado pelo Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas, este número pode ser sete vezes maior, o que aponta uma imensa subnotificação (HALLAL et al., 2020). Além desta pandemia, vemos, estarecidos, a troca de dois ministros da saúde; o primeiro, que havia sido nomeado no início do governo, se demitiu no dia 16 de abril deste ano, e o segundo ficou no cargo somente até o dia 15 de maio, menos de um mês depois da saída do outro. Neste ínterim, vimos o crescimento exponencial de casos de coronavírus. Hoje está à frente do Ministério da Saúde, interinamente, um general do exército, sem formação na área de saúde. Lançar uma revista científica em meio a este cenário não é uma tarefa fácil. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a maneira mais eficaz de combate ao vírus, que é altamente contagioso e para o qual ainda não se tem vacina, é o distanciamento social; assim, as atividades cotidianas, em muitos lugares do mundo, foram suspensas. No Brasil, a necessidade de distanciamento social e de suspensão das atividades se choca com o processo de precarização do trabalho, em curso há alguns anos e que se tornou agudo com a extinção do Ministério do Trabalho no dia 7 de janeiro de 2019, no mesmo mês em que tomou posse o atual presidente. A extinção desse Ministério é símbolo de um processo do que denominamos de “uberização” do trabalho, no qual o que vigora são contratos de trabalho em que os trabalhadores podem ser contratados de maneira intermitente, ou seja, os empregados podem ser dispensados sem custo para o empregador em determinados momentos. Com isso, o que vemos é o crescimento do trabalho precarizado, sem contrato, ou seja, sem vínculo. No momento da pandemia, muitas pessoas se viram sem emprego e sem garantias num país que já acumulava, em 2019, 12,6 milhões de desempregados. No primeiro trimestre de 2020, já eram 12,85 milhões, segundo os dados do IBGE. Estamos em junho e, certamente, este número já se ampliou. A ajuda emergencial, anunciada pelo governo, segue com muitos percalços num país marcado por desigualdades econômicas gritantes – em 2017, segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil ocupava o vergonhoso sétimo lugar como país mais desigual do mundo; e, segundo relatório da Organização das Nações Unidas, em 2019 era o segundo maior país em concentração de renda (ONU, 2019). Pandemia, informações truncadas sobre saúde, ausência de uma política unificada direcionada ao combate da pandemia, desemprego, desigualdade e precarização do trabalho são alguns dos fatores que assolam nosso país no momento da escrita deste Editorial.

Some-se a isso, por sua relevância, o racismo estrutural que enfrentamos no país. Segundo dados do IBGE de 2018, no Brasil, 75% dos mais pobres são negros. Essa estatística mostra o abismo social e racial em que vivemos. Último país a abolir a escravidão, o Brasil não estabeleceu políticas de reparação para os escravizados, perpetuando assim as desigualdades raciais e intensificando o racismo estrutural. Em relação à pandemia, inicialmente os dados sobre raça não eram levados em consideração; apenas após a pressão da Coalizão Negra por Direitos é que, a partir do dia 11 de abril, um mês depois do início da pandemia, tais dados foram considerados. Segundo estudo feito pela PUC-Rio, se colocarmos na conta fatores como raça e escolaridade, os índices de morte por Covid-19 são muito dis-

* Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Campus do Gragoatá – Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Bloco N, Sala 413 – Gragoatá – Niterói – RJ – CEP: 24210-201 – Brasil. E-mail: anaclmonteiro@gmail.com.
<http://lattes.cnpq.br/1229607279781632>



crepantes: pretos e pardos sem escolaridade morrem quatro vezes mais pelo novo coronavírus do que brancos com nível superior (80, 35% contra 19, 65%) (NOIS – PUC-RIO, 2020). Além do índice de mortalidade por coronavírus, temos também as mortes por investidas das polícias nas favelas, como ocorreu mais recentemente com João Pedro Matos Pinto, um menino de 14 anos morto na favela do Salgueiro, em 19 de maio deste ano. Seu corpo foi levado pela polícia, e a família procurou por ele desesperadamente por muitas horas, encontrando-o no Instituto Médico Legal (IML) de São Gonçalo. Nenhuma informação sobre o paradeiro do menino foi dada pela polícia, os familiares buscaram e encontraram o corpo por conta própria. O genocídio, para esta população, não cessa. A necessidade, sempre brutal, de provar que essas pessoas são “cidadãs” é exaustiva, uma vez que o pressuposto para tais mortes é sempre o de que, por serem pretos, pobres e favelados, esses meninos são bandidos.

Pandemia, pobreza, racismo... uma triangulação que leva ao extermínio de pessoas diante dos nossos olhos. Diante de tal quadro, assistimos à divulgação de um vídeo de reunião ministerial em 22 de abril, no qual as preocupações do governo eram: armar a população; fazer cassinos para o turismo; “colocar uma granada” no bolso dos servidores públicos (congelamento dos salários e progressões – aí também incluídos os profissionais da saúde e da educação), como desculpa para o combate à pandemia; “fazer passar a boiada”, que seria a flexibilização das normas ambientais que regulam o desmatamento, grilagem de terras e queimadas; prender os ministros do STF, dentre outras ações que, em momento algum, se referiam ao combate à pandemia, que, no dia de hoje, se apresenta como foi posto no início deste texto. “Vemos com isso que as mortes não são apenas fruto de uma gestão que não consegue lidar com o a pandemia, mas uma forma sistemática de extermínio, que entra na conta de mais um mecanismo de fazer matar, de tornar matável” (HARAWAY, 2011). A reunião foi em abril, e as mortes, um mês depois, confirmam o extermínio.

Por último, numa conjunção de fatores para a tragédia que se avoluma, vemos, por um lado, o crescimento assustador de flertes escancarados com o fascismo e a ditadura. Enquanto, em alguns lugares do mundo, políticos se unem para combater a pandemia e reforçar a importância do isolamento social, como é o caso da Argentina, Nova Zelândia e Finlândia, vemos, em nosso país, carreatas a favor da abertura do comércio, manifestações contra as instituições de peso e contrapeso dos poderes, ataques ao poder legislativo e ao poder judiciário, inclusive com faixas pedindo a intervenção militar e o fechamento do Congresso. Manifestações que têm como efeito uma intensa dissensão, que prega a ruptura, quando o que se deveria incentivar era um consenso em relação às pesquisas e estudos na área. Neste ponto, chegamos ao fim – e ao ápice – de nossas considerações: como ponto de apoio a esses ataques, vemos os atentados à Ciência, em geral, e às Ciências Humanas, em particular. No dia 24 de maio deste ano, foi lançada uma portaria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em conjunto com o Ministério da Educação, que exclui a prioridade de projetos de pesquisa em Ciências Humanas, cortando as bolsas de pesquisa distribuídas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Após vários protestos, ainda estamos lutando para que esta portaria seja revertida. Além disso, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no dia 25 de maio, expediu um ofício no qual apresentou o detalhamento das competências dos coordenadores de área, dos Colégios e do CTC-ES quanto à elaboração dos instrumentos para avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, declarando que tais competências são apenas consultivas e que as avaliações dos programas de pós-graduação serão de competência da diretoria de avaliação. Historicamente, os coordenadores de área tinham competência para avaliar os tais programas de acordo com as especificidades de suas áreas, levando em conta um amplo debate sobre as pesquisas realizadas por cada área de conhecimento. Com tal medida, os coordenadores de área veem suas atividades sendo postas em segundo plano, e ainda não sabemos quais serão os critérios de avaliação para a próxima quadrienal, que se finda exatamente neste fatídico ano de 2020.

Enfim, vivemos um ano que nos demanda força e coragem para seguir em frente diante de uma pandemia que deixa ainda mais expostas nossas mazelas sociais e aguça as injustiças, na medida em que ignora as redes de cuidado necessárias para que seja possível passar pelo isolamento social. A ausência de dispositivos de cuidado, seja em relação às crianças, aos idosos ou às pessoas com deficiência, fragiliza o trabalho, principalmente das mulheres que dependem dessas redes para a execução de seu trabalho fora de casa. O apagamento histórico dos trabalhos de cuidado, seja nas casas, seja com outras pessoas, torna o trabalho das mulheres exaustivo e fantasia um “home office” que só se adequa àqueles que abriram mão ou delegaram esses cuidados a terceiros. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril deste ano, em 12 estados brasileiros, em comparação ao ano passado (BUENO et al., 2020). Este número se torna ainda mais significativo se atentarmos para o fato de que, em 2019, houve um crescimento de 7,3% de casos de feminicídio em relação a 2018. Acrescente-se a este número a quantidade de mulheres abandonadas quando adoecem ou quando cuidam de pessoas com deficiências, adquiridas ou não. Neste cenário, temos também as mães que se tornaram responsáveis pelo ensino de seus filhos, pois muitas escolas mandam atividades remotas, a serem feitas em casa, com o auxílio daqueles que cuidam das crianças no espaço doméstico. Diante disso, vemos as desigualdades se tornando abismos intransponíveis, pois quantas são as pessoas que conseguem dispor de espaços na casa, tempo e dispositivos de acesso à internet para estudar? Vemos uma propaganda elitista e excludente que diz aos alunos que farão o Exame Nacional do Ensino Médio este ano que estudem “do jeito que der”. Mais uma luta a ser travada: como aceitar o não adiamento do ENEM neste cenário? Como discutir práticas de ensino “remoto” quando um em cada quatro brasileiros não tem acesso à internet, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) de 2018

(AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020)? Além destes dados, a discussão sobre a acessibilidade dos conteúdos educacionais não entra em pauta. Como serão as aulas? Elas serão traduzidas para Libras? Os conteúdos serão visuais e trarão descrição de imagens? Haverá preocupação com as cores para aqueles que têm sensibilidade visual? São muitas perguntas sem respostas, para trazer à tona apenas algumas questões relativas ao que se tem nominado de “novo normal”. De que normalidade estamos tratando? Quais serão os excluídos deste “novo normal”? São questionamentos como esses que nós, cientistas humanos, propomos para pensar não apenas este momento de pandemia, mas também toda a construção de exclusões sistemáticas que vivemos em nosso cotidiano.

Tendo em vista o cenário exposto acima, achamos que é de suma importância manter a periodicidade de nossa Revista como símbolo de resistência e como número histórico, a ser guardado para gerações futuras como um legado do momento político, econômico e social que estamos vivendo; como um manifesto de resistência aos ataques às Ciências Humanas; como um instrumento de defesa às pesquisas e à Ciência no Brasil. Sigamos.

A edição que ora publicamos reúne estudos de vários autores do país. O primeiro artigo, *Fundamentos ontológicos do debate sobre seleção e edição do genoma*, de Rafael Nogueira Furtado, problematiza os pressupostos ontológicos assumidos no debate bioético sobre a seleção e edição do genoma humano; *Significados atribuídos ao alimento por pacientes com Anorexia Nervosa e por mulheres jovens eutróficas*, de Marina Garcia Manochio, Manoel Antônio dos Santos, Élide Dezoti Valdanha-Ornelas, Ernesto dos Santos, William Dressler e Rosane Pilot Pessa, buscou identificar os significados atribuídos ao alimento por pacientes com anorexia nervosa e por jovens eutróficas sem sintomas de transtornos alimentares; *Governamentalização da cidade: uma cartografia dos afetos, medo e esperança*, de Jeferson Camargo Taborda e Anita Guazzelli Bernardes, faz uma reflexão teórica sobre a cidade a partir da noção de governamentalidade para engendrar uma cartografia de linhas afetivas que aproximam matérias jornalísticas, canções de rap e publicidades do campo da segurança privada; *Psicologia e racismo institucional na saúde pública de Salvador - Bahia*, de Kaike Oliveira Costa, Hellen Maciel Santana e Marilda Castelar, realiza um estudo qualitativo para investigar a atuação de psicólogos/os em políticas públicas em quatro unidades de saúde em Salvador-Bahia, buscando identificar a existência de práticas no combate ao racismo institucional; *Medicalização no Sistema de Progressão Continuada: inclusão ou omissão?*, de Daniella Fernanda Moreira Santos e Silvana Calvo Tuleski, faz um mapeamento dos alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental da rede municipal de uma cidade paranaense para abordar o processo de medicalização dos alunos diagnosticados com transtornos de aprendizagem, entre eles o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); *Para além do Édipo: entre Deleuze-Guattari e Laplanche*, de Vinícius Moreira Lima e Heloísa Moura Bedê, analisa as maneiras pelas quais o complexo de Édipo foi reelaborado nas formulações de Gilles Deleuze, Félix Guattari e de Jean Laplanche, buscando apontar que as formulações laplancheanas permitem responder a algumas das críticas levantadas pelos autores de *O anti-Édipo*; *No aniversário de Wilhelm Reich: o que há para comemorar?*, de Sara Quenzer Matthiesen e Gabriela Grimaldi Bessani, buscou identificar, com base nos vídeos disponíveis no Youtube, aqueles capazes de compor um banco de dados inicial para a difusão do pensamento de Wilhelm Reich, sob o entendimento de que Tecnologias da Informação e Comunicação têm um papel determinante na atualidade; e, finalizando a presente edição, o artigo *Entrevistas preliminares: o caso da “jovem homossexual” de Sigmund Freud*, de Anamaria Batista Nogueira, apresenta o tema das entrevistas preliminares para pensar a posição do analista e o seu manejo clínico, e aponta que a psicanálise freudiana, ao romper com um discurso heteronormativo diante da temática sobre a escolha por um objeto amoroso, se apresenta muito à frente de seu tempo.

Referências

- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. PNAD Contínua TIC 2018: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. 29 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- BUENO, Samira et al. (Org.) Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. *Forum Brasileiro de Segurança Pública*, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- HALLAL et al. *Evolução da Prevalência de Infecção por Covid-19 no Brasil*: estudo de base populacional. 18 maio 2020. Disponível em: <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/18/EstudopopulacionalCOVID19BrasilProposta--1---003-.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- HARAWAY, Donna. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832011000100002>
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório de desenvolvimento humano do PNUD destaca altos índices de desigualdade no Brasil*. 9 dez. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-de-desenvolvimento-humano-do-pnud-destaca-altos-indices-de-desigualdade-no-brasil/>. Acesso em: 2 jun. 2020.
- NÚCLEO DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA EM SAÚDE – PUC-RIO. *Análise socioeconômica da letalidade dos casos da COVID-19 no Brasil*. Nota Técnica 11 – 27/05/2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzklvkydO/view>. Acesso em: 2 jun. 2020.